



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
UNIDADE TÉCNICA DE APOIO ORÇAMENTAL

Ref.^a 3/UTAO/2009
Data: 16.01.2009

NOTA TÉCNICA N.º 1/2009

**Execução Orçamental na Óptica da Contabilidade Nacional
e Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional
– 3.º Trimestre de 2008 –**

A Nota Técnica foi elaborada com base na informação disponível até ao dia 31 de Dezembro de 2008.

A análise efectuada é da exclusiva responsabilidade da Unidade Técnica de Apoio Orçamental. A UTAO, criada pela Resolução da Assembleia da República n.º 53/2006, de 7 de Agosto de 2006, é composta pelos Consultores Técnicos Carlos Marinheiro e Graciosa Neves.

Nota Introdutória

1 Na Informação n.º 9/2008, de 7 de Outubro, a UTAO analisou a evolução das contas nacionais trimestrais das Administrações Públicas até ao 2.º trimestre de 2008, com base nos dados estatísticos divulgados pelo INE em 30 de Setembro de 2008. Apresenta-se agora a análise dos valores referentes ao 3.º trimestre de 2008, que se encontra sustentada na informação divulgada pelo INE no dia 31 de Dezembro de 2008.

2 Essa informação respeita às contas nacionais trimestrais por sector institucional, para o período compreendido entre o primeiro trimestre de 1999 e o terceiro trimestre de 2008. Trata-se de uma publicação de carácter regular, com um desfazamento de 90 dias após o trimestre de referência.¹

Administrações Públicas

3 Os gráficos seguintes ilustram a evolução do saldo orçamental português numa base trimestral. Tendo em conta que os valores trimestrais não se encontram corrigidos de sazonalidade e são muito sensíveis a determinadas operações registadas em cada trimestre, optou-se por utilizar na análise valores alisados –valores deslizantes de 4 trimestres em percentagem do PIB anual deslizante (*rolling year GDP*)– de forma a permitir observar a tendência de evolução das variáveis em apreço. Seguiu-se assim a metodologia adoptada pelo EUROSTAT na divulgação destas estatísticas. Trata-se de calcular os valores como se o período de um ano terminasse no trimestre de referência. Assim, o PIB anual deslizante é calculado como a soma do PIB no trimestre de referência com o PIB dos três trimestres que o antecedem. Consequentemente, o PIB anual deslizante no 4.º trimestre de cada ano corresponde ao PIB anual desse ano.²

4 Os valores assim calculados permitem identificar qual seria o saldo das Administrações Públicas, em contabilidade nacional, caso o ano terminasse no trimestre de referência. Desta forma, consegue-se analisar a *tendência de evolução* infra-anual do défice público de forma directamente comparável com as contas nacionais anuais, eliminando os problemas de sazonalidade.³

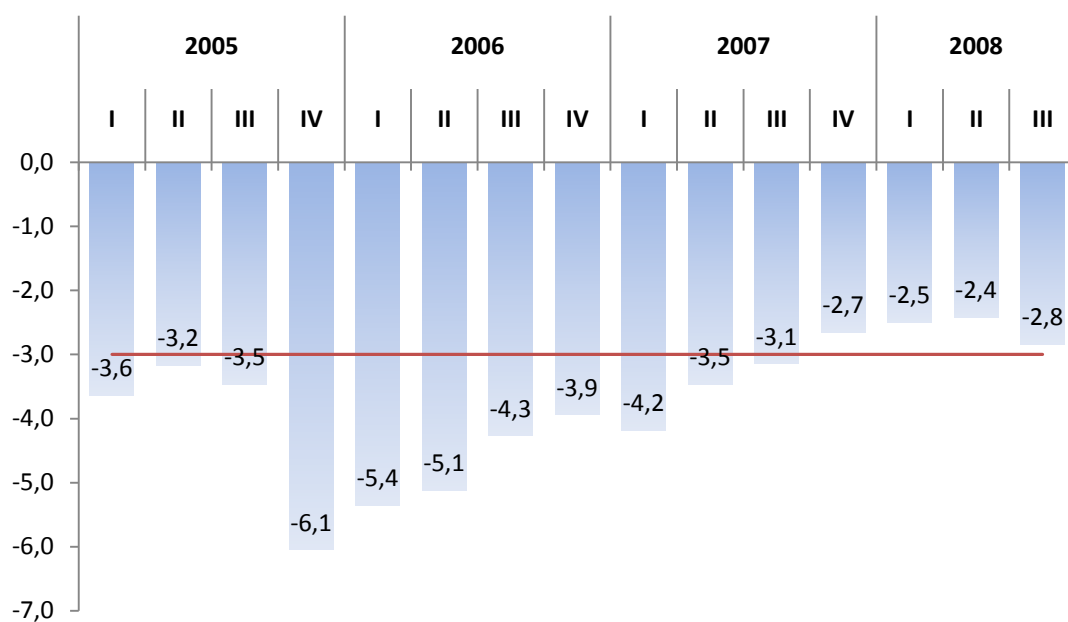
5 Deve ter-se em conta que os valores aqui apresentados são ainda valores provisórios até ao apuramento das contas nacionais definitivas, pelo que poderão estar sujeitos a revisões, devendo consequentemente ser acolhidos com o devido cuidado.

¹ A presente análise beneficia de informação mais desagregada do que a divulgada no “Destaque” do INE para o sector das Administrações Públicas.

² Os valores deslizantes para a conta das Administrações Públicas são calculados seguindo a mesma metodologia.

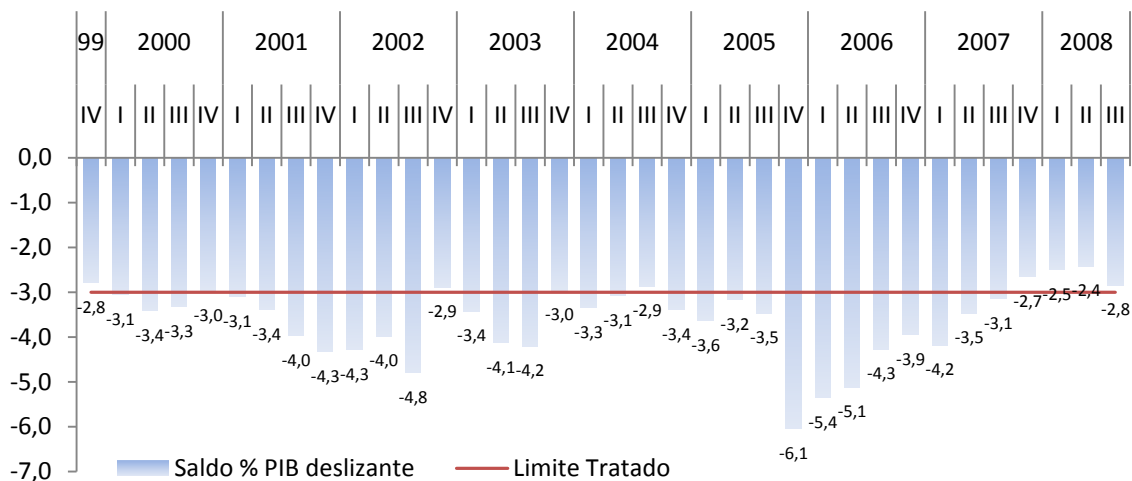
³ Os rácios assim obtidos são idênticos aos apresentados pelo INE no texto do “Destaque” recorrendo a uma média móvel de 4 períodos (mm4). A metodologia seguida pela UTAO, e pelo EUROSTAT, tem a vantagem de permitir uma comparação directa dos valores em níveis com os obtidos nas contas nacionais anuais, uma vez que se reportam ao período de um ano terminado no trimestre de referência.

Gráfico 1 – Saldo orçamental das Administrações Públicas (2005-2008)
(valores deslizantes expressos em percentagem do PIB deslizante)



Notas: ver texto. Valores semelhantes aos obtidos aplicando uma média móvel de 4 períodos.
Cálculos UTAO. | **Fonte:** INE.

Gráfico 2 – Saldo orçamental das Administrações Públicas (1999T4-2008T3)
(valores deslizantes expressos em percentagem do PIB deslizante)



Notas: ver texto. Valores semelhantes aos obtidos aplicando uma média móvel de 4 períodos.
Cálculos UTAO. | **Fonte:** INE.

6 Da leitura do Gráfico 1 pode concluir-se que a estimativa para o período de um ano terminado no 3.º trimestre de 2008 aponta para um défice de 2,8% do PIB (deslizante). Face ao trimestre anterior verifica-se um agravamento das necessidades de financiamento das Administrações Públicas (em 0,4 p.p. do PIB). Regista-se assim uma inversão da tendência de diminuição do défice das Administrações Públicas iniciado em 2006. No mesmo sentido, refere o INE que «[...] a tendência que se verificava para uma melhoria deste saldo foi alterada no terceiro trimestre de 2008.» Para este agravamento do défice no ano terminado no 3.º trimestre de 2008, face ao ano terminado no trimestre anterior, concorrem um acréscimo da despesa (0,3 p.p. do PIB) e uma redução da receita (0,1 p.p. do PIB), sobretudo resultante da redução do peso dos impostos indirectos no produto.

7 Ainda em termos de valores deslizantes (ou média móvel de 4 períodos), face ao último trimestre de 2007 verifica-se um agravamento do défice em 0,2 p.p. do PIB.⁴ Para essa evolução contribui um ligeiro aumento do peso no PIB da receita total (0,1 p.p. do PIB), devido sobretudo à evolução da outra receita corrente (onde se contabilizam os dividendos recebidos), bem como um aumento do peso da despesa no PIB apresenta (0,3 p.p. do PIB). O acréscimo da despesa é o resultado do efeito conjugado de um acréscimo na despesa corrente (0,7 p.p. do PIB) e de um decréscimo na despesa de capital (0,3 p.p. do PIB). Na despesa corrente destaca-se o aumento do peso no PIB do consumo intermédio e um acréscimo de 0,3 p.p. do PIB nas prestações sociais. O peso das despesas com pessoal no produto (12,9%) encontra-se num valor idêntico ao do final de 2007. O peso no PIB da despesa de capital decresce, por via do registo do encaixe proveniente da operação pontual de concessão de direitos de exploração do domínio hídrico à EDP, que é registada enquanto despesa de capital negativa. A FBCF mantém o seu peso no PIB face ao registado no final de 2007 (2,3%).

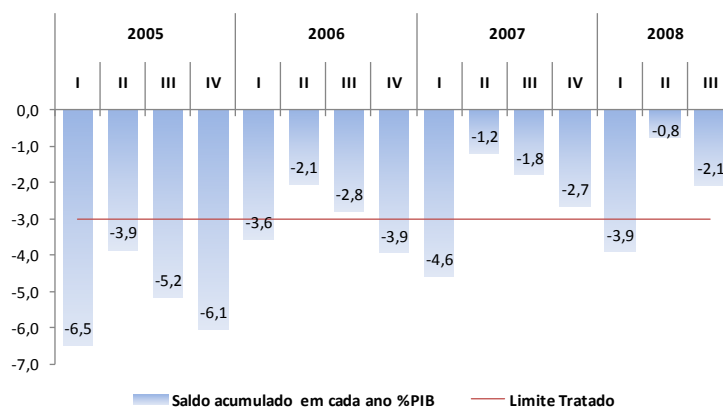
8 Comparativamente ao objectivo para a totalidade do ano de 2008, tal como actualizado no Relatório do Orçamento do Estado para 2009, a receita encontra-se 0,6 p.p. abaixo do previsto, sobretudo devido à receita de capital, encontrando-se a despesa 0,1 p.p. acima do aí previsto. É no entanto necessário ter em conta que estes valores se referem ao ano terminado no 3.º trimestre de 2008, incluindo assim ainda o valor do 4.º trimestre de 2007.

⁴ Os valores não arredondados do défice orçamental são de 2,65% e 2,84% do PIB, no 4.º trimestre de 2007 e 3.º trimestre de 2008, respectivamente.

9 Unicamente para efeitos de comparabilidade, adopta-se agora uma metodologia semelhante à utilizada na análise da execução orçamental na óptica da contabilidade pública, fazendo assim uso de **valores acumulados** até ao trimestre de referência em cada ano civil (no caso dos valores apresentados para o 3.º trimestre de 2008 trata-se da soma dos primeiros três trimestres de 2008).⁵ No entanto, importa referir que *estes valores se encontram sujeitos aos efeitos da sazonalidade*. Em termos *acumulados*, as Administrações Públicas apresentam de Janeiro até Setembro de 2008 uma necessidade de financiamento de 2572 milhões de euros (2,1% do PIB acumulado até Setembro), estando aqui já reflectido o encaixe proveniente da operação pontual de concessão de direitos de exploração do domínio hídrico à EDP, bem como a assunção do pagamento do défice tarifário da REN.

10 A taxa de variação homóloga acumulada até Setembro de 2008 da receita (3,4%) é inferior à da despesa (4,1%).

Consequentemente verifica-se uma deterioração do saldo orçamental no montante de 410 milhões de euros em termos homólogos acumulados. Na receita verifica-se um abrandamento do crescimento (nominal) homólogo acumulado dos impostos indirectos (0,7%) e dos impostos directos (4,7%), parcialmente compensado pelo crescimento verificado na outra receita corrente (18%). Na despesa verifica-se um acréscimo significativo do consumo intermédio (11,5%), da outra despesa corrente (13%), dos juros (7,8%) e das prestações sociais (5,1%). A despesa de capital apresenta um decréscimo de 11,6%, parcialmente explicado pela já referida operação de concessão à EDP.



Conjunto da economia portuguesa

11 Uma vez que a informação disponibilizada pelo INE apresenta, numa base trimestral, a evolução dos principais indicadores da economia portuguesa, apresenta-se nos gráficos seguintes a evolução das necessidades de financiamento da economia portuguesa, bem como a evolução do PIB e do rendimento nacional da economia, no período 1999-2008. Tal como anteriormente optou-se pela apresentação de valores alisados (valores deslizantes) de forma a melhor se inferir as respectivas tendências de evolução dos agregados.

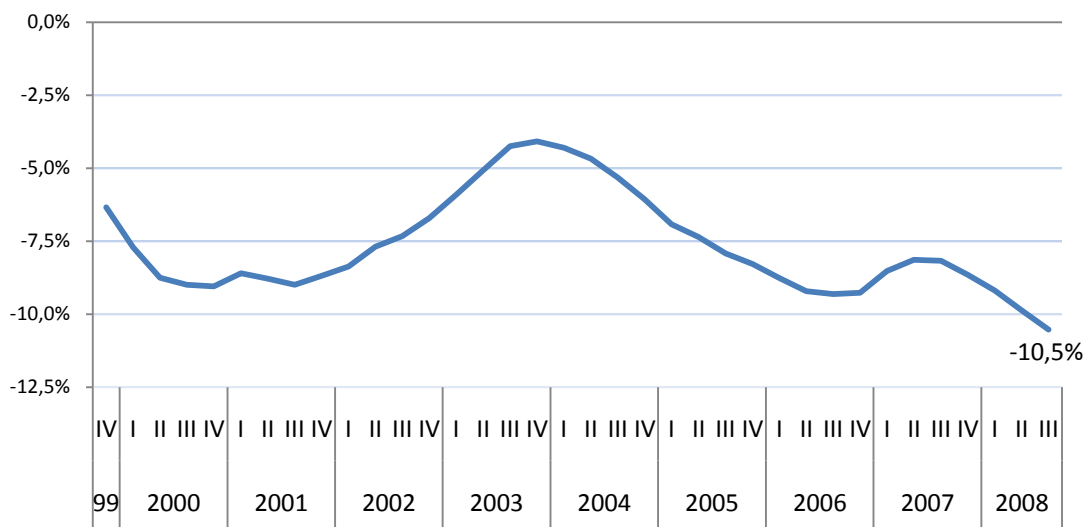
12 O Gráfico 3 ilustra a evolução das necessidades de financiamento da economia portuguesa (vulgo défice externo). No ano terminado no 3.º trimestre de 2008 persistiu a tendência de agravamento das necessidades de financiamento da economia, tendo estas ascendido a 17 290 M€ ou 10,5% do PIB.⁶ Verificou-se assim um novo máximo (no período em

⁵ Os valores anteriormente usados correspondiam ao período de um ano, correspondendo os valores referentes ao 3.º trimestre de 2008 à soma dos valores apurados para o 4.º trimestre de 2007 com os valores correspondentes a cada um dos três primeiros trimestres de 2008. Ao se utilizar a soma de 4 trimestres, estes valores (alisados) não se encontram sujeitos a sazonalidade e permitem obter uma melhor aproximação à tendência de evolução do saldo orçamental.

⁶ Valor deslizante em percentagem do PIB deslizante, idêntico ao que seria obtido utilizando uma média móvel de 4 períodos para remover os fenómenos de sazonalidade.

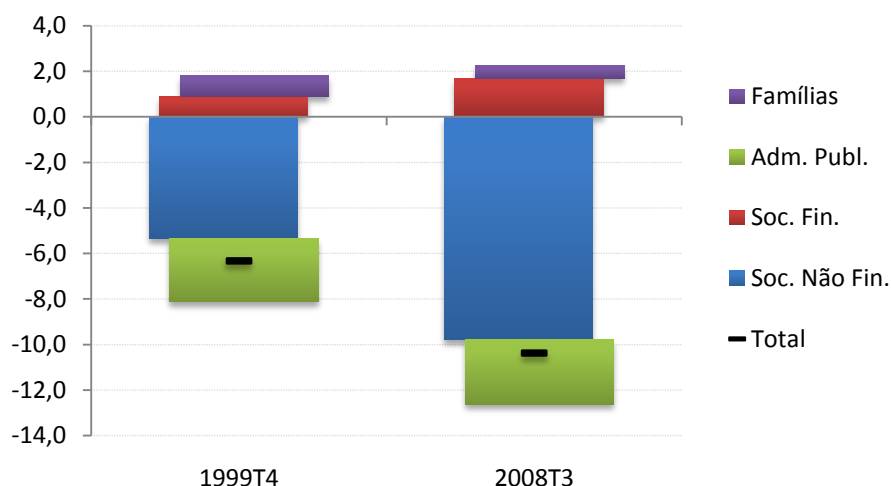
análise) no 3.º trimestre de 2008, ascendendo a 9,8% do PIB. De acordo com os dados do INE esta deterioração (de 0,5 p.p. do PIB) face ao trimestre anterior, deve-se sobretudo ao crescimento das necessidades de financiamento das Administrações Públicas (em 0,4 p.p. do PIB), anteriormente descrito. As necessidades de financiamento das famílias e sociedades registaram, no seu conjunto, um agravamento de 0,1 p.p. do PIB. O Gráfico 4 apresenta a decomposição das necessidades de financiamento por sector institucional.

Gráfico 3 – Capacidade/Necessidade de financiamento da economia portuguesa
(valores deslizantes expressos em percentagem do PIB deslizante)



Notas: Cálculos UTAO. | **Fonte:** INE.

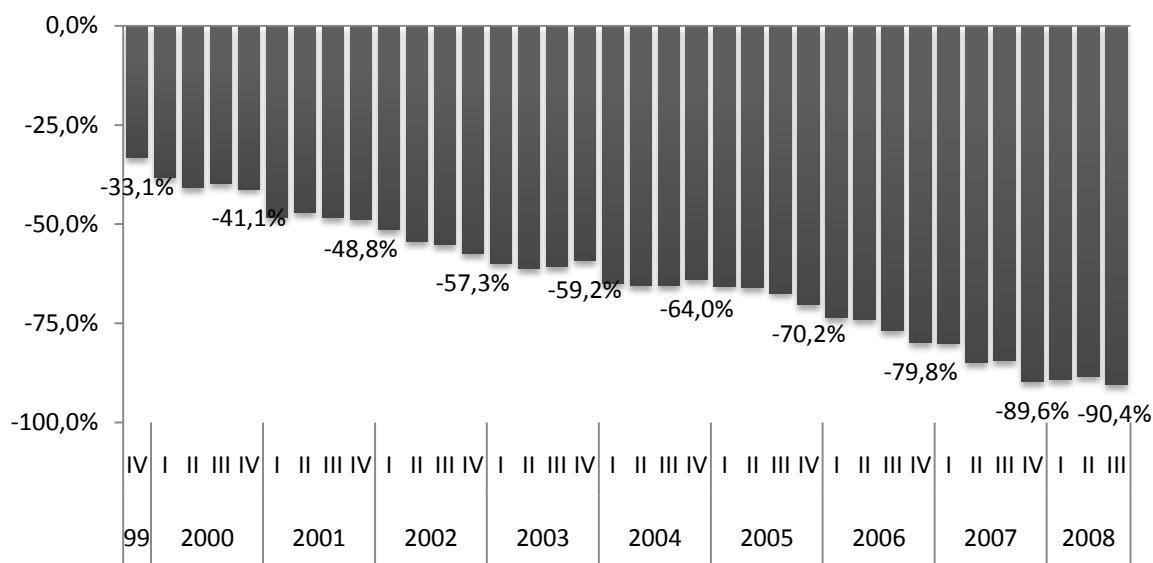
Gráfico 4 – Capacidade/Necessidade de financiamento da economia portuguesa por sector institucional
(valores deslizantes expressos em percentagem do PIB deslizante)



13 O acumular de necessidades de financiamento face ao resto do mundo resultou numa rápida deterioração da posição de investimento internacional da economia portuguesa. Esta

passou de uma posição negativa de 1/3 do PIB no final de 1999 para um valor próximo de -90% do PIB em 2007/2008.

Gráfico 5 – Posição de investimento internacional da economia portuguesa
(valores de fim de período expressos em percentagem do PIB deslizante)



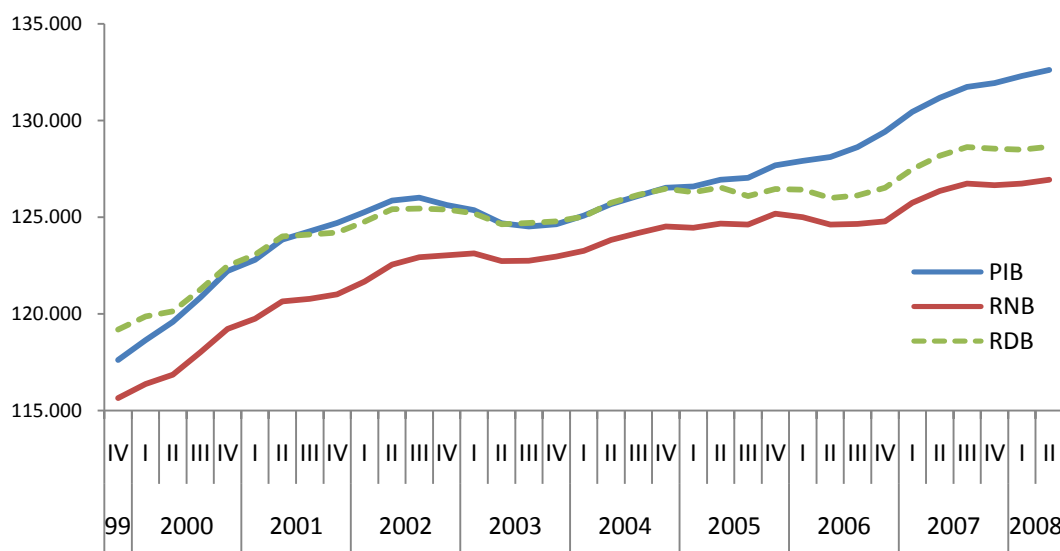
Notas: Cálculos UTAO. | **Fontes:** Banco de Portugal para a posição de investimento e INE para o PIB.

14 Este forte agravamento da posição de investimento internacional, reflectindo um acréscimo do endividamento face ao exterior, passou a ter consequências visíveis na evolução do Rendimento Nacional Bruto (RNB) e do Rendimento Disponível Bruto (RDB), que se encontram representados a preços constantes de 2000 no Gráfico 6. Numa economia aberta, o rendimento nacional bruto dos residentes, ou seja o rendimento atribuível aos factores produtivos residentes nessa economia, poderá diferir da riqueza produzida nessa economia (produto interno bruto) em consequência do saldo líquido dos rendimentos do resto do mundo (cujo sinal reflecte a posição de investimento internacional), reflectindo por exemplo a saída de lucros de empresas detidas por não residentes para o exterior e o pagamento de juros ao exterior. No período em análise (1999T4-2008T3) o RNB da economia portuguesa foi sempre inferior ao PIB, devido ao um saldo negativo dos rendimentos recebidos do resto do mundo. Acresce que o hiato entre os dois indicadores tem vindo sucessivamente a alargar-se, reflectindo os encargos crescentes com a dívida externa entretanto contraída: no 4.º trimestre de 1999 o RDB representava 98,3% do PIB; actualmente, no 3.º trimestre de 2008, representa 95,6% do PIB português.

15 No entanto, até ao final de 2004, o montante líquido de transferências correntes recebidas do resto do mundo⁷, cuja soma com o RNB permite obter o RDB, compensavam esse diferencial negativo fazendo com que o RDB, ou seja o rendimento disponível para a utilização dos residentes em Portugal, fosse sensivelmente igual ao PIB (ver Gráfico 7). No entanto, a partir do 1.º trimestre de 2005, o RDB passou a ser inferior ao PIB, deixando essas transferências, que se foram sucessivamente reduzindo, de ser suficientes para compensar o saldo negativo dos rendimentos, que entretanto se foi agravando.^{8,9} No final de 2007, o RDB representava já apenas 97,4% do PIB. No ano terminado no terceiro trimestre de 2008, o RDB representa 96,9% do PIB. Isto significa que, mesmo após transferências correntes com o resto do mundo, 3,1% do total da riqueza produzida em Portugal (PIB) não fica à disposição dos residentes em Portugal, sendo antes canalizada para o exterior.

16 Num contexto de manutenção de um défice externo elevado e de uma posição de investimento internacional fortemente negativa é expectável que o RDB continue a evoluir abaixo do PIB, o que constitui um factor limitativo do crescimento baseado na procura interna, com potenciais consequências ao nível da evolução da receita fiscal.

Gráfico 6 – PIB, Rendimento Nacional Bruto e Rendimento Disponível Bruto da economia portuguesa a preços constantes
(valores deslizantes a preços de 2000)



Notas: Para o cálculo dos valores a preços de 2000 utilizou-se o deflator do PIB das Contas Nacionais Trimestrais (a 70 dias) do 3.º Trimestre de 2008. Cálculos UTAO. | **Fonte:** INE.

⁷ Por exemplo, remessas de emigrantes.

⁸ Entre 1999 e o ano terminado no 3.º trimestre de 2008 o défice líquido de rendimentos primários do resto do mundo agravou-se em 2,7 p.p. do PIB, em resultado de um acréscimo de 7,1 p.p. do PIB dos rendimentos pagos ao resto do mundo, ter sido apenas parcialmente compensado por um acréscimo de 4,4 p.p. do PIB nos rendimentos primários recebidos do resto do mundo.

⁹ No 4.º trimestre de 1999 o saldo líquido de transferências correntes com o resto do mundo ascendia a 3% do PIB tendo-se reduzido para 1,4% no ano terminado no 3.º trimestre de 2008. Esta redução de 1,6 p.p. do PIB é devida a uma redução de 1 p.p. do PIB ocorrida nas transferências recebidas do resto do mundo e a um acréscimo 0,6 p.p. do PIB registado nas transferências correntes pagas ao resto do mundo. Para esta evolução concorre quer uma redução das remessas dos emigrantes portugueses, quer um acréscimo das remessas para o exterior dos imigrantes em Portugal.

Gráfico 7 – Rendimento Nacional Bruto e Rendimento Disponível Bruto face ao PIB
(valores deslizantes expressos em percentagem do PIB deslizante)

